ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 19

ABREVIATURAS USADAS 21

TÍTULO I
Parte Geral

CAPÍTULO I — DIREITO FINANCEIRO 27

1. A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO 27
   1.1. Os Fins do Estado 27
   1.2. Atividade Financeira 28
2. DIREITO FINANCEIRO 28
   2.1. Competência Legislativa 32
3. AS RECEITAS PÚBLICAS 32
   3.1. Noções Gerais 32
   3.2. Classificação das Receitas 32
   3.3. Receitas Patrimoniais 33
   3.4. Receitas Tributárias 33
      3.4.1. Noções Iniciais 33
      3.4.2. Espécies de Receitas Tributárias 34
      3.4.3. Sistema de Arrecadação de Tributos 34
   3.5. Receitas Transferidas 34
4. AS DESPESAS PÚBLICAS 36
   4.1. Noções Iniciais 36
   4.2. Classificação das Despesas 36
5. O ORÇAMENTO 37
   5.1. Noções Gerais 37
   5.2. Plano Plurianual 37
   5.3. A Lei de Diretrizes Orçamentárias 37

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.4. Lei Orçamentária 38
5.5. Princípios Orçamentários 39

6. CONTROLE PÚBLICO 40
6.1. Controle Externo 42
6.2. Controle Interno 45

7. A NATUREZA JURÍDICA DO TRIBUNAL DE CONTAS 47

CAPÍTULO II — INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO ... 53

1. NOÇÕES GERAIS 53

2. AS CIVILIZAÇÕES ANTIGAS 53

3. O SISTEMA FEUDAL 54

CAPÍTULO III — SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO 57

1. PERÍODO IMPERIAL 57

2. PERÍODO REPUBLICANO 58

3. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 60

CAPÍTULO IV — DIREITO TRIBUTÁRIO 65

1. CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO 65

2. AUTONOMIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO 65

3. CODIFICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO 66

CAPÍTULO V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO 71

1. FONTES MATERIAIS 72

2. FONTES FORMAIS 72
2.1. Constituição Federal 72
2.2. Lei Complementar 73
2.3. A Lei Ordinária 74
2.4. Medida Provisória 75
2.5. Lei Delegada 77
2.6. O Decreto Legislativo 78
2.7. As Resoluções 79

3. NORMAS COMPLEMENTARES 80

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO VI — PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO 89

1. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR 89
   1.1. Princípio da Estrita legalidade 93
   1.2. Princípio Constitucional da Anterioridade da Lei Tributária 97
   1.3. Noventena 99
   1.4. Princípio da Isonomia 102
   1.5. Princípio da Irretroatividade da Lei 103
   1.6. A Uniformidade da Tributação — Princípio da Uniformidade 105
   1.7. Princípio da Capacidade Contributiva 105
   1.8. Princípio da Não Cumulatividade 110
   1.9. Princípio da Seletividade 110
   1.10. Princípio da Vedação ao Tributo com Efeito Confiscatório 111
   1.11. Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária 114
   1.12. Princípio da Interpretação Objetiva do Fato Gerador 114
   1.13. Princípio da Não Limitação ao Tráfego de Pessoas e Bens 115
   1.14. Princípio da Uniformidade Geográfica 115
   1.15. Não Concessão de Privilégios a Títulos Federais 116
   1.16. Não Concessão de Isenção 116

2. IMUNIDADES 117
   2.1. A Imunidade Recíproca Existente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios 120
   2.2. Impostos Alcançados pela Imunidade 121
   2.3. Responsabilidade por Retenção 122
   2.4. Imunidade dos Templos 122
   2.5. Imunidade dos Partidos Políticos, Inclusive suas Fundações — artigo 150, VI, "c", CF 123
   2.6. Imunidade das Entidades Sindicais de Trabalhadores — artigo 150, VI, "c", § 4º, CF 123
   2.7. Imunidade das Instituições de Educação e Assistência Social — artigo 150, VI, § 4º 124
   2.8. Imunidade do Livro, Jornal e Periódico — artigo 150, VI, "d" 124
      2.8.1. Conceito de Livro 125

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO VII — DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS 127

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 128
   1.1. Competência Tributária Privativa 132
   1.2. Competência Tributária Comum 133
   1.3. Competência Tributária Residual 134
   1.4. Competência Tributária Cumulativa 134
   1.5. Competência Tributária Concorrente 134
   1.6. Competência Tributária Especial 134
   1.7. Competência Tributária Extraordinária 134

CAPÍTULO VIII — DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS 137

1. AOS ESTADOS 137
2. AOS MUNICÍPIOS 138

CAPÍTULO IX — TRIBUTOS 141

1. CONCEITO DE TRIBUTO 141
2. CONCEITO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 143
3. ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 144
4. FINALIDADES DOS TRIBUTOS 147
5. IMPOSTOS 147
6. TAXAS 152
   6.1. Taxas de Serviço 154
   6.2. Taxa e Preço Público 155
   6.3. Pedágio 156
7. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 157
8. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO 160
9. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS 161
   9.1. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — Cofins 165
      9.1.1. Cofins — Não Cumulativa 166
   9.2. Contribuição para o Programa de Integração Social — PIS 166
      9.2.1. Contribuição para o PIS — Não Cumulatividade 167

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.3. Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — CPMF 168

10. CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS — SISTEMA "S" 169

11. CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS 170

12. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 170

CAPÍTULO X — LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 171

1. INTRODUÇÃO 171

2. ELABORAÇÃO DE NORMAS — REGRAS 176

CAPÍTULO XI — INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 179

1. INTRODUÇÃO 179

2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PRIVADO 183

3. PRINCÍPIO DA INALTERABILIDADE DA COMPETÊNCIA . 183

4. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA 183

CAPÍTULO XII — INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 185

CAPÍTULO XIII — OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 189

1. INTRODUÇÃO. NOÇÕES GERAIS 189
1.1. Elementos da Obrigação Tributária 190

2. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA 192

3. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 192

4. FATO GERADOR 193
4.1. Elementos da Obrigação Tributária 194
4.2. Momento de Ocorrência do Fato Gerador 194
4.3. Condições Suspensivas e Resolutórias 197
4.4. Sujeito Ativo 198
4.5. Sujeito Passivo 199
4.5.1. Contribuinte Responsável 199

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.5.2. Contribuinte de Fato e o Contribuinte de Direito 199
4.5.3. Responsabilidade 200
4.5.3.1. Substituição Tributária Regressiva 203
4.5.3.2. Substituição Tributária Progressiva 204
4.5.4. Solidariedade 205
4.5.5. Capacidade tributária 208

CAPÍTULO XIV — DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO 211

CAPÍTULO XV — RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 213

1. INTRODUÇÃO 213

2. RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES 214
2.1. Fusão 215
2.2. Transformação 216
2.3. Incorporação 216
2.4. Cisão 216

3. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS 218
3.1. Responsabilidade por Substituição 218
3.2. Responsabilidade por Transferência 218

4. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES 221

CAPÍTULO XVI — REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA 225

CAPÍTULO XVII — CRÉDITO TRIBUTÁRIO 229

1. INTRODUÇÃO 229

2. LANÇAMENTO 231
2.1. Conceito 231
2.2. Elementos do Lançamento 235

3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, LANÇAMENTO: SUA RELAÇÃO COM O FATO GERADOR; MODALIDADES 236
3.1. Alteração de lançamento 237
3.1.1. Impugnação do Sujeito Passivo 238
3.1.2. Pela Apreciação do Recurso de Ofício 238
3.1.3. No Caso da Autoridade Competente, à Vista de Alguma Irregularidade, Procede À Revisão de Ofício, nos Casos Previstos no Artigo 149 239

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. Mudança de Critério Jurídico (CTN, Artigo 146) 240
3.3. Revogação do Lançamento 241

4. MODALIDADES DE LANÇAMENTO 241
4.1. Lançamento por Declaração 241
4.2. Lançamento Direto, de Ofício ou *Ex Officio* 242
4.2.1. Arbitramento pelo Fisco 243
4.3. Lançamento por Homologação 244
4.3.1. Denúncia Espontânea 246

CAPÍTULO XVIII — A SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 247

1. INTRODUÇÃO — NOÇÕES GERAIS 247

2. A MORATÓRIA 249

3. DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 251

4. MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 252

5. RECURSO EM SEDE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 258

6. A LIMINAR EM SEDE DE MEDIDA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA EM SEDE DE AÇÃO ORDINÁRIA 260

7. PARCELAMENTO 263

CAPÍTULO XIX — A EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 265

1. PAGAMENTO 266
1.1. Imputação do Pagamento 269
1.2. Restituição — Repetição do Indébito 271
1.2.1. Decadência do Direito do Contribuinte Pleitear A Restituição do Indébito Tributário 273
1.2.2. Prescrição do Direito de Ação do Contribuinte Repetir o Indébito Tributário 274
1.2.3. Restituição de Tributos Indiretos 275

2. COMPENSAÇÃO 276

3. TRANSAÇÃO 277

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. REMISSÃO 278
5. DECADÊNCIA E A PRESCRIÇÃO 279
5.1. Anulação de Ato Administrativo por Vício Formal 282
5.2. Início de Lançamento 282
5.3. Decadência do Direito de Lançar 283
5.4. Prescrição do Direito do Fisco Cobrar o Crédito Tributário 283
5.4.1. Reconhecimento do Débito 285
5.5. Efeitos Diversos da Prescrição e da Decadência 288
6. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA 288
7. PAGAMENTO ANTECIPADO E HOMOLOGAÇÃO 289
8. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 291
9. DECISÃO ADMINISTRATIVA IRREFORMÁVEL 294
9.1. Revogação e Anulação de Decisão Condenatória 294
10. A DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO 295
10.1. Rescisão de Sentença 296
11. A DAÇÃO EM PAGAMENTO 296
12. HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 297
12.1. O Crédito Tributário Pode Ser Excluído pela Isenção ou Anistia 297
12.1.1. Isenção 297
12.1.1.1. Revogação da Isenção 300
12.1.1.2. Isenção e Alíquota Zero 302
12.1.1.3. Distinção entre Isenção, Imunidade e Não Incidência 303
12.2. Diferimento 309
12.3. Anistia 311
CAPÍTULO XX — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 313
1. INTRODUÇÃO 313
2. PRIVILÉGIOS OU PREFERÊNCIAS 321
CAPÍTULO XXI — INCENTIVOS FISCAIS 327
1. AS IMUNIDADES E ISENÇÕES A IMPOSTOS 327
2. AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES 328

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. CONVÊNIOS E PARCERIAS 328
4. INCENTIVOS PARA DOAÇÕES 329
5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL 329
CAPÍTULO XXII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 331
1. FISCALIZAÇÃO 332
1.1. Apreensão de Livros e Documentos no Direito Tributário 334
2. DÍVIDA ATIVA 334
3. CERTIDÕES NEGATIVAS 339

TÍTULO II
Parte Especial

CAPÍTULO I — TRIBUTOS 343
1. TEOREMA FUNDAMENTAL DO TRIBUTO 343
1.1. Elementos 343
1.1.1. Princípios Básicos da Tributação à Luz das Finanças Públicas 343
1.1.1.1. Princípio da Eficiência 344
1.1.1.2. Princípio da Equidade 344
1.1.1.3. Princípio da Simplicidade 346
2. ASPECTOS DO FATO GERADOR DOS TRIBUTOS 348
2.1. Fato Gerador Continuado 349
2.2. Fato Gerador Instantâneo 349
2.3. Fato Gerador Periódico 349
2.4. Aspecto Material 349
2.5. Aspecto Subjetivo 349
2.6. Aspecto Quantificativo 350
2.7. Aspecto Temporal 350
2.8. Aspecto Espacial 351
CAPÍTULO II — IMPOSTOS 353
1. IMPOSTOS MUNICIPAIS 353
1.1. IPTU — Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (artigos 32 a 34, do CTN e artigo 156, I, da CF/1988) 353

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.2. ISS — Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (artigo 156, III, da CF/1988; LC nº 116/2003) 358
1.3. ITBI — Imposto sobre transmissões *inter vivos*, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, Natureza ou Acessão Física, e de Direitos a Ele Relativos, Exceto os de Garantia, bem como a Cessão de Aquisição de Seus Direitos 378

2. IMPOSTOS ESTADUAIS 382
2.1. ICMS — Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (artigo 155, II, da CF/1988; LC nº 87/1996) 382
2.2. ITCMD — Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (artigos 35 a 42 do CTN; artigo 155, I, da CF/1988) 390
2.3. IPVA — Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (artigo 155, III, da CF/1988) 394

3. IMPOSTOS DA UNIÃO 398
3.1. ITR — Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (artigos 29 a 31 do CTN; artigo 153, VI, da CF/1988; Lei nº 9.393/1996; e Decreto nº 4.382/2002) 398
3.2. IOF — Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (artigo 153, V, da CF/1988; artigos 63 a 67 do CTN; e Decreto nº 6.306/2007) 405
3.3. Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (artigos 19 a 22 do CTN; artigo 153, I, da CF/1988; Decreto nº 6.759/2009 — Regulamento Aduaneiro) 410
3.4. Imposto sobre a Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (artigos 23 a 28 do CTN c/c artigo 153, II, da CF/1988) 416
3.5. IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados (artigos 46 a 51 do CTN; e artigo 153, IV, da CF/1988) 420
3.6. IR — Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (artigo 153, III, da CF/1988; e artigos 43 a 45 do CTN) 425
3.6.1. Pessoa Física 429

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6.2. Pessoa Jurídica 433
3.6.2.1. Lucro Real 436
3.6.2.2. Lucro Presumido 439
3.6.2.3. Lucro Arbitrado 441
3.6.2.4. Tributação na Fonte 443
3.7. Simples — Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte 444
3.8. O Super Simples ou Simples Nacional 445
3.8.1. Atividades Admitidas 448
3.8.2. Vedações 453
3.8.3. Exceções/Atividades Permitidas 454
3.8.4. Obrigações Fiscais Acessórias 456
3.8.5. Obrigações Trabalhistas 456
3.9. Microempreendedor Individual (MEI) 457

TÍTULO III
Planejamento Tributário

CAPÍTULO ÚNICO — PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO 461

1. DEFINIÇÃO 461

2. ELISÃO E EVASÃO TRIBUTÁRIAS 464

3. FIGURAS DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO 467
3.1. Abuso de Direito 467
3.2. O Abuso de Formas 467
3.3. Dissimulação 468

4. A Norma Geral Antielisão (Evasão) 469

5. O Planejamento Tributário no Direito Comparado 471
5.1. Alemanha 471
5.2. Estados Unidos 471
5.3. Inglaterra 472

6. Jurisprudência Administrativa 473

TÍTULO IV
Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário

CAPÍTULO ÚNICO — DIREITO TRIBUTÁRIO PENAL E DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO 479

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1. INTRODUÇÃO 479
2. DEFINIÇÃO 480
3. SANÇÕES PENAIS 483
4. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA 483
4.1. Apropriação Indébita Previdenciária 487
4.2. Inserção de Dados Falsos em Sistema de Informações ... 488
4.3. Modificação ou Alteração Não Autorizada de Sistema de Informações 488
4.4. Sonegação de Contribuição Previdenciária 488
4.5. Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores 491
5. COMPETÊNCIA 492
6. SANÇÕES FISCAIS 492
BIBLIOGRAFIA 495

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br